

Cardeal
Tempesta

Evangelho de
Mateus – Ano
Litúrgico A

PÁGINA 6

GOVERNO LULA

Mais de 8,6 mi deixam linha pobreza no Brasil

Mais de 8,6 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza em 2024. Esse desempenho socioeconômico fez a proporção da população na pobreza cair de 27,3% em 2023 para 23,1%. É o menor nível já registrado desde 2012, quando começa a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2024, o Brasil tinha 48,9 milhões de pessoas que viviam com menos de US\$ 6,85 por dia, o que equivale a cerca de R\$ 694, em valores corrigidos para o ano. Esse é o limite que o Banco Mundial define como linha da pobreza. Em 2023, o contingente na pobreza era de 57,6 milhões de brasileiros. Os dados fazem parte do levantamento Síntese de Indicadores Sociais, divulgado ontem. **PÁGINA 3**

PRECONCEITO

Trump chama somalis de 'lixo' em fala anti-imigração

O ditador Donald Trump (EUA) criticou a Somália ontem, e afirmou que os imigrantes do país africano não deveriam ser bem-vindos aos Estados Unidos. Os comentários de Trump ocorrem em meio a um escândalo no Estado de Minnesota, onde, segundo a Justiça, mais de 1 bilhão de dólares (cerca de R\$ 5,35 bilhões) foram destinados a serviços sociais inexistentes, principalmente por meio de cobranças fraudulentas por parte de americanos de origem somali. Na Somália, "eles não têm nada, só ficam por aí se matando", disse Trump em uma reunião de gabinete. "O país deles não presta (...) e nós não os queremos em nosso país", acrescentou. **PÁGINA 6**

APÓS CONDENAÇÃO

Torres e Ramagem são demitidos da PF

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou ontem, as duas portarias que demitem Alexandre Ramagem e Anderson Torres dos respectivos cargos de delegados de carreira da Polícia Federal (PF). Ambos foram condenados por participar do núcleo principal da trama golpista que tentou manter o ex-presidente

Jair Bolsonaro no poder, após as eleições de 2022. Eles foram condenados pela primeira Cote do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro e, no dia 25 de novembro, o ministro Alexandre de Moraes estabeleceu o fim do processo e determinou a execução das penas, após o esgotamento dos recursos. **PÁGINA 7**

FEBRABAN

Governo lança plano contra fraudes bancárias digitais

O golpe do falso sequestro ou da ajuda urgente, via WhatsApp; a maquininha de cartão adulterada com a finalidade de clonar dados; as pirâmides financeiras que não se sustentam; o criminoso que se passa por uma instituição confiável e envia um e-mail ou cria um site falso para capturar dados; o falso motoboy que retira o cartão de crédito da vítima;

as promessas de lucros irreais em investimentos falsos; o golpista que simula ser de uma central de atendimento que, na realidade, é falsa; o falso boleto, o golpe da troca de cartão. Para coibir os crimes deste tipo, o Ministério da Justiça e a Febraban lançaramo Plano de Ação Conjunto para o Combate a Fraudes Bancárias Digitais. **PÁGINA 2**

UNHA E CARNE



DIVULGAÇÃO

Presidente da Alerj é preso por vazamento de operação

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil) (**foto**), foi preso preventivamente, na manhã de ontem, durante a Operação Unha e Carne, deflagrada pela Polícia Federal para investigar o vazamento de informações sigilosas sobre a Operação Zargun. Agentes policiais estiveram na Alerj no início da manhã e cumpriram mandados de busca na sala da presidência. A ação ocorreu enquanto Bacellar prestava depoimento na sede da Polícia Federal, no Rio. Minutos após o depoimento, o parlamentar foi detido preventivamente. Ele é suspeito de envolvimento no repasse de informações que teriam antecipado detalhes da operação que mirava o deputado estadual TH Joias(**foto**). Segundo a PF, o vazamento comprometeu o andamento das investigações que resultaram na prisão de TH Joias. A meta do novo inquérito é identificar os responsáveis pelo repasse ilegal de informações e esclarecer a conexão com agentes públicos. A operação de ontem cumpre um mandado de prisão preventiva, oito mandados de busca e apreensão e um mandado de intimação. Todos foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. **PÁGINA 5**

FESTA DA CUECA

PF faz buscas na 'Vara da Lava Jato'

As buscas realizadas ontem, na 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, unidade em que o ex-juiz e senador Sérgio Moro (União-PR) atuou pela extinta Lava Jato, miraram uma caixa de arquivo amarela e documentos de processos de doleiros e da "festa da cueca", episódio que teria acontecido em um hotel de Curitiba em 2003 com desembargadores e prostitutas. A inspeção no berço da Lava Jato foi realizada na manhã desta quarta-feira, por agentes da Polícia Fede-

ral (PF), após autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, feita em outubro deste ano. Procurada pelo Estado, a Justiça Federal em Curitiba informou que não vai se manifestar sobre as diligências desta quarta. Toffoli determinou que o diretor da 13ª Vara autorizasse o acesso a todos os computadores do local e que fosse informado que as diligências envolvem 12 processos e outros conexos, entre os anos de 2005 e 2019. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,42% / 161.766,19 / 673,94 / Volume: 25.991.066.050 / Negócios: 3.841.373											
Mais Negociados						Bolsas no mundo					
Preço			%			Fechamento			%		
Oscil.			Oscil.			Oscil.			Oscil.		
BBD4	19,00	-2,76	-0,54	CTKA3	50,00	+17,65	+7,50	SCAR3	15,59	-43,31	-11,91
VALE3	70,69	+3,23	+2,21	UNIP5	68,46	+15,00	+8,93	GSHP3	2,91	-10,46	-0,34
PETR4	32,31	+0,75	+0,24	CTSA4	2,34	+12,50	+0,26	MAPT4	3,01	-7,67	-0,25
GOLL54	5,14	-0,77	-0,04	UNIP3	60,50	+11,60	+6,29	SEQL3	3,520	-6,63	-0,250
USIM5	5,81	+7,59	+0,41	RCSL4	4,64	+11,27	+0,47	AMBP3	0,29	-6,45	-0,02

MERCADOS

Bovespa segue em renovação de recordes, perto de 162 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Andando um pouco abaixo do que se viu em Nova York em parte desta quarta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) estendeu as máximas históricas intradia e de fechamento, tendo se aproximado durante a sessão de novo limiar inédito, o dos 162 mil pontos. Ao fim, marcava alta de 0,41%, aos 161.755,18 pontos, novo pico de encerramento, entre mínima de 161.092,81 e o recorde de 161.963,49 pontos, no melhor momento. No mês e na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 1,69%, elevando o ganho do ano a 34,48%. O giro financeiro se manteve forte na B3, hoje a R\$ 26,0 bilhões.

Carregado pelos carros-chefes de commodities, em especial Vale (ON +3,23%), em

contraponto ao ajuste, para baixo, nas ações do setor financeiro (destaque para Bradesco, que caiu 2,57% na ON e 2,76% na PN), o Ibovespa defendeu bem a linha dos 161 mil pontos, mantendo-se em nível recorde nesta primeira semana de dezembro, após ter encerrado tanto novembro como outubro já então em máximas históricas.

Na ponta ganhadora do índice na sessão, Usiminas (+7,59%), Magazine Luiza (+6,14%) e CSN (+5,48%). No campo oposto, Direcional (-2,8%), Assaí (-2,56%) e Eneva (-2,33%), além das duas ações de Bradesco. Entre as blue chips, Petrobras subiu 1,24% (ON) e 0,75% (PN) na sessão.

Em Nova York, os ganhos desta quarta ficaram entre 0,17% (Nasdaq) e 0,86% (Dow Jones).

Dólar cai a R\$ 5,31 de olho em Fed após dados do mercado de trabalho

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar emendou ontem, o segundo pregão consecutivo de queda firme em relação ao real, em movimento alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior. Dados fracos do mercado de trabalho nos EUA endossaram as apostas de que o Federal Reserve vai reduzir os juros na semana que vem.

Com mínima a R\$ 5,2992, no início da tarde, o dólar à vista encerrou em baixa de 0,32%, a R\$ 5,3133 - menor valor de fechamento desde 14 de novembro (R\$ 5,2973). A divisa recua

0,4% nos primeiros três pregões de dezembro, após perdas de 0,85% em novembro. No ano, a desvalorização é de 14,03%.

Termômetro do desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes, em especial euro e iene, o índice DXY operou em queda firme ao longo do dia e rompeu o piso dos 99,000 pontos, com mínima aos 98,828 pontos. Entre pares do real, destaque para os ganhos de mais de 1% do peso colombiano. Peso chileno e rand sul-africano tiveram desempenho um pouco melhor que a moeda brasileira.

JUROS ABSURDOS

Tesouro reprova empréstimo de R\$ 20 bilhões aos Correios

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O empréstimo de R\$ 20 bilhões de um conjunto de bancos aos Correios ficou mais distante. O Tesouro Nacional reprovou a operação por considerar excessivos os juros pedidos pelo pool de bancos que aceitaram fazer a operação.

Aprovada no último sábado pelo Conselho de Administração dos Correios, a operação é coordenada por cinco bancos: Banco do Brasil, Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil e Safra. As instituições pediam juros de 136% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acima do limite de 120% de CDI em operações de crédito com garantia da União de dez anos.

A decisão foi comunicada na segunda-feira passada ao presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, em reunião no Ministério da Fazenda. Com a reprovação, o Tesouro não poderá fornecer as garantias da União, que cobririam uma eventual inadimplência dos Correios e pratica-

mente eliminariam o risco para as instituições financeiras.

Com a decisão, os Correios e os bancos, em tese, podem negociar uma taxa de até 120% do CDI. A estatal também tem a opção de esperar um aporte direto do Tesouro Nacional para cobrir parcialmente o prejuízo, que chega a R\$ 6,05 bilhões de janeiro a setembro deste ano.

Taxa usada no crédito interbancário (empréstimos diários entre os bancos), o CDI é um pouco inferior a Taxa Selic (juros básicos da economia). Com a Selic atual, de 15% ao ano, um CDI de 136% equivaleria a aproximadamente 20% ao ano, enquanto um empréstimo de 120% do CDI seria corrigido em cerca de 18% ao ano.

NEGOCIAÇÕES

Em comunicado emitido aos funcionários, os Correios confirmaram a reprovação do empréstimo e informaram trabalhar pelo saneamento da companhia em parceria com diversos ministérios.

FEBRABAN

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O golpe do falso sequestro ou da ajuda urgente, via WhatsApp; a maquininha de cartão adulterada com a finalidade de clonar dados; as pirâmides financeiras que não se sustentam; o criminoso que se passa por uma instituição confiável e envia um e-mail ou cria um site falso para capturar dados; o falso motoboey que retira o cartão de crédito da vítima; as promessas de lucros irreais em investimentos falsos; o golpista que simula ser de uma central de atendimento que, na realidade, é falsa; o falso boleto, o golpe da troca de cartão.

Enfim, os crimes praticados no ambiente digital são, cada vez mais, uma preocupação cotidiana dos brasileiros e já colocam o país na segunda posição mundial nestes tipos de crimes, atrás apenas da China, de acordo com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Para coibir os crimes deste tipo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Febraban lançaram, ontem o Plano de Ação Conjunto para o Combate a Fraudes Bancárias Digitais. A iniciativa é resultado da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais, firmada em fevereiro, por meio de acordo de cooperação entre as duas instituições.

Durante o lançamento, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (foto), enfatizou a necessidade de uma resposta coordenada e inteligente do Estado, com toda “a energia”, em parceria com a sociedade civil, as entidades financeiras e empresas. “A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos.”

“O crime (digital) é um fenômeno extremamente complexo e relativamente novo, na dimensão e natureza assumidas nos anos mais recentes, e deve ser estudado mais a fundo por sociólogos, economistas, cientistas políticos e autoridades, em geral, especialmente, pelas forças de segurança.”

Ao lembrar da atuação dele



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

como juiz da área criminal, em São Paulo, o ministro salientou que os crimes mudaram e migraram do mundo físico para o virtual, sobretudo, o crime organizado.

“E esse mundo digital que vivemos fez com que a criminalidade ficasse mais sofisticada. Os crimes comuns, de estelionato, deixaram de existir e migraram para o mundo digital, em uma metamorfose preocupante”, constatou.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, destacou a importância da cooperação inédita entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada, como o principal diferencial contra o crime organizado digital. “Para ser forte, o setor bancário precisa de um regulador forte e de um supervisor bancário forte e nós os temos. O setor bancário precisa que todos os elos que integram a cadeia da indústria financeira estejam absolutamente alinhados, porque a criminalidade digital busca exatamente o elo mais vulnerável, o mais frágil. Com essa aliança nós temos uma expectativa muito positiva de que estamos na direção correta.”

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação Conjunto para o Combate a Fraudes Bancárias Digitais consolida 23 iniciativas prioritárias para a atuação do Estado e sociedade civil,

desde a prevenção e educação do consumidor, passando pela detecção e resposta rápida, até a repressão e recuperação de ativos.

O ministro Lewandowski explicou que o plano não está concluído e o processo de aprimoramento se encerrará em cinco anos.

O plano inclui, entre outros, vídeos educativos, um glossário com 41 tipologias de fraudes e golpes digitais. “A falta de padronização dificulta o fluxo e, consequentemente, o combate [às práticas criminosas]”, explicou o ministro.

Os pilares do plano são:

- aprimoramento dos processos de prevenção a fraudes e golpes;
- intensificação do combate e repressão contra crimes de fraudes e golpes;
- compartilhamento e tratamento de dados e informações;
- capacitação de agentes, entidades privadas e da população;
- tratamento e cuidados às vítimas;
- conscientização da população para prevenção.

Em sua fala, o ministro Lewandowski mencionou a importância de dar uma resposta imediata e clara à população.

“As vítimas não sabem o que fazer e a quem se queixar. Este nosso site terá uma lingua-

gem simples, didática e informativa, oficialmente, o que a vítima terá que fazer para recuperar aquilo que perdeu ou, pelo menos, minimizar os seus prejuízos.”

SITE

No lançamento, a assessora Especial do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Betina Gunther, apresentou ações que serão implementadas e destacou com primeira entrega o novo site Sofri um Golpe. E agora?. A página virtual está hospedada dentro da plataforma Gov.br, com informações práticas, confiáveis, técnicas e organizadas aos cidadãos.

O site tem dez trilhas com condutas criminosas mais recorrentes, com linguagem acessível para orientar as vítimas em momentos de vulnerabilidade, mas também para contribuir para a prevenção destes crimes. O conteúdo poderá ser expandido, conforme a necessidade de atualização dos ilícitos ou de surgimento de outros.

Entre os temas abordados inicialmente estão os que abordam crimes recorrentes: “Levaram meu celular”; “Invadiram ou clonaram a minha rede social”; “Invadiram meu Gov.br”; “São dez trilhas e cada uma delas leva a uma série de passo a passo para a sociedade. Este serviço disponibiliza informação e apoio, no momento em que cada um de nós ou conhecidos podem cair em um golpe.”

Também foi anunciada a disponibilização de ferramentas informativa ao cidadão com dados sobre a ocorrência anuais de fraudes bancárias digitais, por unidade da federação, por dia da semana e por turno, além do perfil das vítimas (escolaridade, sexo, idade).

Para construção do plano, a Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais fez encontros semanais, com o envolvimento de 357 especialistas de 23 entidades, de variadas áreas de atuação, para além do ambiente financeiro, como telecomunicações, varejo e tecnologia. O plano registrou mais de 230 horas de trabalho.

CONTAS

TCU permite que governo Lula mire piso da meta fiscal

RENAN MONTEIRO E LUIZ ARAÚJO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem, que o governo Lula fica desobrigado de mirar o centro da meta fiscal ao congelar despesas do Orçamento neste ano. A decisão vem após o Congresso ter aprovado um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que autoriza o governo a perseguir o piso da meta fiscal, e não o centro, em 2025.

A posição da unidade técnica do TCU é a seguinte: a LDO é o instrumento que estabelece parâmetros para o congelamento de recursos no Orçamento e, por esse entendimento, é a norma elaborada a cada ano que pode definir se o governo tem aval para seguir o centro ou o piso do

alvo fiscal.

A meta do governo neste ano é zerar o déficit das contas públicas. Na prática, porém, o Executivo pode ter um déficit de R\$ 31 bilhões, que é o piso da meta (-0,25% do PIB), já que o alvo fiscal prevê um intervalo de tolerância para cima e para baixo.

VAIVÉM

No dia 24 de setembro, a Corte de Contas havia fechado o entendimento de que o governo precisaria perseguir o centro da meta de resultado primário, e não mais o limite inferior do intervalo da meta fiscal. Na ocasião, o TCU afirmou que a prática era “incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Houve recurso e os efeitos do acórdão estavam suspensos.

Ontem, a decisão foi por de-

sobrigar o Executivo a mirar o centro, após decisão do Congresso. Por outro lado, parte dos ministros da Corte de Contas apresentaram a necessidade de alertar ao governo sobre o caráter irregular em perseguir o piso antes da alteração legislativa. Esse foi, por exemplo, o posicionamento do ministro e vice-presidente, Jorge de Oliveira

“Sabemos que o Congresso mudou por lei; contudo, diante do analisado pelo TCU, encaminhou-se ao Ministério de Planejamento e Orçamento de que a adoção do limite inferior da meta revela-se incompatível com a lei orçamentária vigente”, declarou Oliveira

A expectativa é que a LDO de 2026, em tramitação no Congresso, também deixe claro essa permissão para o governo,

embora o texto ainda não tenha sido votado. O entendimento reiterado pelo ministro Walton Alencar Rodrigues é que, antes da alteração legislativa, o governo gastou “bilhões” de forma ilegal.

O relator do caso, ministro Benjamin Zymler, por sua vez, avaliou que, independente da mira meta fiscal, é importante olhar para a trajetória da dívida pública, ao reforçar outros alertas sobre as contas públicas.

Como o *Broadcast* (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou mais cedo, técnicos do TCU defendem a superação da discussão em torno do cumprimento da meta fiscal baseado no centro do intervalo de resultado primário e reforçam outros alertas ao governo federal.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Mais de 8,6 milhões deixam pobreza no País

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

Mais de 8,6 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza em 2024. Esse desempenho socioeconômico fez a proporção da população na pobreza cair de 27,3% em 2023 para 23,1%. É o menor nível já registrado desde 2012, quando começa a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2024, o Brasil tinha 48,9 milhões de pessoas que viviam com menos de US\$ 6,85 por dia, o que equivale a cerca de R\$ 694, em valores corrigidos para o ano. Esse é o limite que o Banco Mundial define como linha da pobreza. Em 2023, o contingente na pobreza era de 57,6 milhões de brasileiros.

Os dados fazem parte do levantamento Síntese de Indicadores Sociais, divulgado ontem.

Os indicadores mostram o terceiro ano seguido com redução no número e na proporção de pobres, marcando uma recuperação pós-pandemia de co-

vid-19, desencadeada em 2020. **Confira o comportamento da pobreza no país:**

- 2012: 68,4 milhões
- 2019: 67,5 milhões (último ano antes da pandemia)
- 2020: 64,7 milhões
- 2021: 77 milhões
- 2022: 66,4 milhões
- 2023: 57,6 milhões
- 2024: 48,9 milhões

Em 2012, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza era de 34,7%. Em 2019 chegou a 32,6%. No primeiro ano da pandemia (2020) foi reduzida a 31,1% e chegou ao ponto mais alto da série em 2021, com 36,8%. Desde então, apresentou anos de queda, indo de 31,6% em 2022, para 23,1% no ano passado.

TRABALHO

O pesquisador do IBGE André Geraldo de Moraes Simões, responsável pelo estudo, explica que em 2020, ano de eclosão da pandemia, a pobreza chegou a ser reduzida por causa dos programas assistenciais emergenciais, como o Auxílio Emergencial, pago pelo governo federal.

“Esses benefícios voltaram em abril de 2021, mas com valores menores e restrição de acesso pelo público, e o mercado de trabalho ainda estava fragilizado, então a pobreza subiu”, afirma.

Simões acrescenta que, a partir de 2022, o mercado de trabalho voltou a aquecer, acompanhado por programas assistências com valores maiores, fatores que permitiram o avanço socioeconômico.

“Tanto o mercado de trabalho aquecido, quanto os benefícios de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, que ganharam maiores valores e ampliaram o grupo da população que recebia”, assinala.

No segundo semestre de 2022, o programa Auxílio Brasil passou a pagar R\$ 600. Em 2023, o programa foi rebatizado de Bolsa Família.

EXTREMA POBREZA

No último ano, o Brasil viveu também redução da extrema pobreza, pessoas que viviam com renda de até US\$ 2,15 por

dia, cerca de R\$ 218 mensais em valores corrigidos para o ano passado.

De 2023 para 2024, esse contingente passou de 9,3 milhões para 7,4 milhões, ou seja, 1,9 milhões de pessoas deixaram a condição. Essa evolução fez com que a proporção da população na extrema pobreza recuasse de 4,4% para 3,5%, a menor já registrada.

Em 2012, quando começou a série histórica, eram 6,6%. Em 2021, o patamar alcançou 9% (18,9 milhões de pessoas).

DESIGUALDADE

Os números do IBGE deixam clara a desigualdade regional. Tanto a pobreza quanto a extrema pobreza no Norte e Nordeste superam a taxa nacional.

Pobreza

- Nordeste: 39,4%
- Norte: 35,9%
- Brasil: 23,1%
- Sudeste: 15,6%
- Centro-Oeste: 15,4%
- Sul: 11,2%

Extrema pobreza

- Nordeste: 6,5%

- Norte: 4,6%
- Brasil: 3,5%
- Sudeste: 2,3%
- Centro-Oeste: 1,6%
- Sul: 1,5%

“São as regiões mais vulneráveis do país, isso acaba se refletindo também no mercado de trabalho”, diz André Simões.

Outra desigualdade demonstrada é a racial. Na população branca, 15,1% eram pobres, enquanto 2,2% estavam na extrema pobreza.

Entre os pretos, a pobreza chegava a 25,8%, e a extrema pobreza a 3,9%. Na população par- da, as parcelas eram 29,8% e 4,5%, respectivamente.

Menor Gini

A Síntese de Indicadores Sociais atualizou o chamado Índice de Gini, que avalia a desigualdade de renda. O índice vai de 0 a 1 - quanto maior, pior a desigualdade.

Em 2024, o Índice de Gini atingiu 0,504, o menor valor da série iniciada em 2012. Em 2023, era 0,517.

Para medir o impacto de

programas sociais na redução da desigualdade, o IBGE apresentou um cálculo do Gini caso não houvesse essa política assistencial.

O estudo constatou que o indicador seria 0,542 se não existissem programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC - um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade).

Outro exercício hipotético realizado pelos pesquisadores foi sobre a condição de pessoas com 60 anos ou mais se não houvesse benefícios previdenciários.

A extrema pobreza entre os idosos passaria de 1,9% para 35,4%, projeta o instituto. Já a pobreza subiria de 8,3% para 52,3%.

O levantamento mostra também que a pobreza foi maior entre os trabalhadores informais. Entre os ocupados sem carteira assinada, era um em cada cinco (20,4%). Entre os empregados com carteira assinada, a proporção era de 6,7%.



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS
CNPJ/MF nº 42.415.810.0001-59

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.415.810.0001-59, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada no dia de 15 de dezembro de 2025, às 10h00min, em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Bairro Campo Grande, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) Destituição de membro da Diretoria; e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração.

João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

SUPERPESA TRANSPORTES, PROJETOS E FABRICAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 37.513.014/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SUPERPESA TRANSPORTES, PROJETOS E FABRICAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.513.014/0001-19, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada no dia 15 de dezembro de 2025, às 10h00min, em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Bairro Campo Grande, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Destituição de membro da Diretoria; (ii) Eleição de membro da Diretoria e (iii) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração.

João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PÔNEI POSTO DE GASOLINA LTDA.
NIRE n.º 33.2.0025302-3 - CNPJ: 34.035.303/0001-61

REUNIÃO DE SÓCIOS

São convocados os senhores sócios a comparecer em Reunião que realizará-se-á no dia 16/12/2025 às 10:00 horas, na sede da sociedade localizada nesta cidade, na Avenida Borges de Medeiros n.º 3151 – Lagoa, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discutir, aprovar ou rejeitar proposta de inclusão das atividades de comércio varejista de padaria, confeitaria e loja de conveniência ao objeto social da empresa, com a consequente aprovação da nova redação da Cláusula IV do Contrato Social; 2) Discutir, aprovar ou rejeitar a destituição do Sr. Alberício de Jesus das funções de administrador da sociedade, com a aprovação da nova redação da Cláusula VII do Contrato Social; 3) Discutir, aprovar ou rejeitar a proposta de se dar nova redação à Cláusula VIII do Contrato Social, para estabelecer que, na hipótese de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a admissão dos herdeiros, sucessores ou representantes na sociedade dependerá da concordância expressa de todos os demais sócios; e 4) Discutir, aprovar ou rejeitar proposta de alteração de contrato social com a consolidação completa do Contrato Social.

Rio de Janeiro/RJ, 03 de dezembro de 2025.

Ass: HENRIQUE DE PINA BERNARDO - Sócio administrador



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CEFET/RJ

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.051/2025 - UASG 153010

OBJETO: contratação de empresa especializada em fornecimento de lanches prontos e transportados destinados a atender estudantes da Uned Petrópolis do Cefet/RJ.

NÚMERO DO PROCESSO: 23063.001215/2025. **TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 1. **EDITAL:** 4/12/2025 das 8h às 12h e das 13h às 17h. Endereço: Rua do Imperador, 971, Centro – Petrópolis/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90051-2025>.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 4/12/2025 às 10h no site www.gov.br/compras.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/12/2025 às 10h no site www.gov.br/compras.

INFORMAÇÕES GERAIS: em caso de divergência entre o código CATSER (ou CATMIAT) e o Termo de Referência (TR), o Termo de Referência prevalece. Petrópolis/RJ, 4 de dezembro de 2025. Ueliton da Costa Leonido – Agente de Contratação.



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF: 31.660.673/0001-00

Rua. Professor Eurico Rabelo, s/nº – Portão 11 - Maracanã – RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, presencial, realizada em 30 de janeiro de 2026, da Associação de Veteranos de Atletismo do Rio de Janeiro (AVATRJ), CNPJ/MF: 31.660.673/0001-00. A Presidente da ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AVATRJ), em cumprimento às disposições legais e estatutárias (**Código Civil - Lei nº 10.406/2002**), e art. 52 do Estatuto Social, convoca os associados para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que será realizada presencial, a ser realizado no dia 30 de janeiro 2026, na sede da Associação localizada à **Rua Professor Eurico Rabelo, s/nº – Portão 11 - Maracanã – RJ.**, na cidade do Rio de Janeiro, às 10 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 10 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 10h30, com a presença de 1/5, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1º) Prestação de contas da Diretoria acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço Contábil e Fiscal do Exercício de 2025; c) Relatório das Competições e Eventos Realizados no ano de 2025. 2º) Eleição dos Membros da Diretoria – Presidente-Suplente-Secretaria – Tesoureiro – Conselho Fiscal- Conselho de Atletas 3º) Eleições do Conselho Fiscal dois conselheiros 4º) Assuntos gerais de interesse da Associação. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da Associação, nesta data, é de cento e quinze.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2026.

Marillette Oliveira Casale
Presidente



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2025

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90044/2025 no dia 16/12/2025 às 11h00min. – Objeto: Aquisição de medicamentos da grade de Uso Geral II, de reposição automática, cadastrados e padronizados pela Comissão de Farmácia e Terapêutica do HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.036301/2025-05. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 14.413.435/0001-72 - NIRE: 33.2.0949285-3

RESOLUÇÃO DE SÓCIA ÚNICA: I. Data, hora e local: Aos 25/11/25, às 09 horas, na sede da **BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES LTDA.** (“*Sociedade*”), localizada na cidade do RJ, estado do RJ, na Avenida das Américas, nº 7.777, subsolo 1, Barra da Tijuca, CEP 22.793-081. **II. Mesa:** Marcos Baptista Carvalho, *Presidente*; Marcelo Baptista Carvalho, *Secretário*. **III. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §2º do art. 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (“*Código Civil*”), tendo em vista a presença da sócia única, representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber, **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FIANCARIC**, fundo de investimento imobiliário validamente organizado e existente conforme as leis da República Federativa do Brasil, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“*CNPJ*”) sob o nº 07.789.135/0001-27 (“*Sócia*”), neste ato representada pela **SCAI GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, instituição devidamente autorizada pela Comissão Valores Mobiliários (“*CVM*”) através do Ato Declaratório CVM nº 14.918, de 29/02/16, com sede na cidade e estado do RJ, na Avenida das Américas, nº. 7.777, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 21.163.346/0001-80, na qualidade de gestora. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Sociedade, da sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“*Notas Comerciais Escriturais*”, “*Emissão*” e “*Oferta*”, respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26/08/21, conforme alterada (“*Lei nº 14.195*”), da *Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários*”), da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/22, conforme alterada (“*Resolução CVM 160*”), e do “*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Botafogo Participações Ltda.*”, a ser celebrado entre a Sociedade, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, a Sócia, na qualidade de avalista, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos titulares de Notas Comerciais Escriturais (“*Agente Fiduciário*”, “*Titulares de Notas Comerciais*” e “*Termo de Emissão*”, respectivamente); **(ii)** a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido), em garantia às Obrigações Garantidas; **(iii)** a autorização e delegação de poderes aos administradores da Sociedade, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta (“*Coordenador Líder*”); **(b)** contratação dos prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o agente de liquidação, o escriturador, a B3 S.A. –Brasil, Bolsa e Balcão – Balcão B3 (“*B3*”), o Agente Fiduciário, o assessor legal e, conforme aplicável, o banco depositário (em conjunto, os “*Prestadores de Serviços*”); **(c)** discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta reunião, dos termos e condições da Emissão e da Oferta; e **(d)** celebração do Termo de Emissão, de contrato de distribuição das Notas Comerciais Escriturais, dos contratos que formalizarão as Garantias Reais, caso aplicável, do contrato de banco depositário, caso aplicável, de quaisquer de seus aditamentos e de quaisquer outros instrumentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações, inclusive com prazo de vigência atrelado à integral quitação das obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e demais documentos pertinentes à Emissão e à Oferta; e **(iv)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Sociedade, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, relacionados às matérias constantes dos itens (i) a (ii) acima. **V. Deliberações:** Após a leitura da Ordem do Dia, a Sócia resolveu aprovar: **(i)** a realização, pela Sociedade, da Emissão e da Oferta, que terão, dentre outras condições a serem negociadas pela Sociedade, as seguintes características: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Sociedade; **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão (“*Valor Total da Emissão*”); **(c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(d) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais:** Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) Notas Comerciais Escriturais; **(e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“*Valor Nominal Unitário*”); **(f) Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão será utilizada pela Sociedade para aquisição de ações emitidas pela **ANCAR IC S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, inscrita no CNPJ sob o nº 08.011.767/0001-28; **(g) Procedimento de Distribuição:** As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada perante a CVM sob o rito de registro automático de distribuição, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definido no Termo de Emissão), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, nos termos de contrato de distribuição a ser celebrado entre a Sociedade e o Coordenador Líder (“*Contrato de Distribuição*”); e de acordo com os procedimentos operacionais da B3; **(h) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será aquela prevista no Termo de Emissão (“*Data de Emissão*”); **(i) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definido no Termo de Emissão) (“*Data de Início da Rentabilidade*”); **(j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** Nos termos do artigo 45 da Lei 14.195, as Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cauteles ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido no Termo de Emissão), na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato emitido em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **(k) Garantias:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Total da Emissão, Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) e demais encargos, devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como todo e qualquer custo, tributo, despesa judicial ou extrajudicial ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, nos termos do artigo 899 do Código Civil (“*Obrigações Garantidas*”), será outorgado aval pela Sócia, que se obrigará pelo pagamento das Obrigações Garantidas como principal pagadora. Adicionalmente, até 02/03/26 (inclusive) (“*Data Limite*”), a Emitente e a Sócia obrigam-se a formalizar, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais: **(i)** contrato de cessão fiduciária sobre a totalidade dos recebíveis de titularidade da Emitente e da Sócia em decorrência de todos os contratos de locação do empreendimento imobiliário denominado Botafogo Praia Shopping (“*Imóveis BPS*” e “*Cessão Fiduciária*”, respectivamente); e **(ii)** contrato de alienação fiduciária sobre a fração ideal dos Imóveis BPS de titularidade da Emitente e do Avalista (“*Alienação Fiduciária dos Imóveis BPS*” e “*Novas Garantias*”, respectivamente). **(l) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 730 (setecentos e trinta) dias contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data prevista no Termo de Emissão (“*Data de Vencimento*”); **(m) Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(n) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível na página na internet (<http://www.b3.com.br>), acrescidos exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusivo) (“*Remuneração*”). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; **(o) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, previstos no Termo de Emissão, o pagamento da Remuneração será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento; **(p) Amortização do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento; **(q) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emitente aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusivo); e **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido (“*Encargos Moratórios*”); **(r) Resgate Antecipado Facultativo:** A Sociedade poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 30º (trigésimo) dia contado da Data de Emissão (exclusivo), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“*Resgate Antecipado Facultativo*”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Sociedade será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data do efetivo resgate (exclusivo), e demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se houver, sem acréscimo de quaisquer prêmios (“*Valor do Resgate Antecipado*”); **(s) Amortização Extraordinária:** Não será admitida a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais; **(t) Resgate Antecipado Obrigatório:** A partir do 30º (trigésimo) dia contado da Data de Emissão, a Sociedade deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais em caso de ocorrência de determinados eventos a serem descritos no Termo de Emissão (“*Evento de Liquidez*” e “*Resgate Antecipado Obrigatório*”). O valor a ser pago aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais em razão do Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao Valor do Resgate Antecipado; **(u) Aquisição Facultativa:** Não será admitida a aquisição facultativa das Notas Comerciais Escriturais pela Sociedade; **(v) Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais Escriturais e todas as obrigações constantes do Termo de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na versão final do Termo de Emissão, observados os termos e condições lá estabelecidos; e **(w) Demais Condições:** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Notas Comerciais Escriturais serão previstas no Termo de Emissão; **(ii)** a constituição das Garantias Reais pela Sociedade em garantia do fiel e integral pagamento das Obrigações Garantidas, caso não se verifique a ocorrência de Evento de Liquidez, mediante a celebração dos contratos que formalizarão as Garantias Reais em até 3 (três) meses contados da Data de Emissão; **(iii)** autorização e delegação de poderes aos administradores da Sociedade para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação do Coordenador Líder; **(b)** contratação dos Prestadores de Serviços; **(c)** discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta reunião, dos termos e condições da Emissão, da Oferta e das Garantias Reais, observado o deliberado nesta data; e **(d)** celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos contratos que formalizarão as Garantias Reais, caso aplicável, do contrato com banco depositário, caso aplicável, de quaisquer de seus aditamentos e de quaisquer outros instrumentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações, inclusive com prazo de vigência atrelado à integral quitação das obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e demais documentos pertinentes à Emissão e à Oferta; e **(iv)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Sociedade, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, relacionados às matérias constantes dos itens (i) a (ii) acima. **VI. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado este instrumento de resolução escrita, o qual lido e aprovado, foi assinado pela Sócia, que declarou, expressamente, que a presente Reunião observou todas as formalidades legais para a sua convocação, instalação e realização. RJ/RJ, 25/11/25. **MESA:** Marcos Baptista Carvalho - *Presidente*; Marcelo Baptista Carvalho - *Secretário*. **SÓCIA: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FIANCARIC - Representada por SCAI GESTORA DE RECURSOS LTDA.**; Vinicius Sant’Anna de Souza (Administrador) e Marcos Baptista Carvalho (Administrador). Jucerja nº 7330106 em 27/11/2025.

CAGED

São Paulo cria mais de 500 mil vagas de emprego no ano

O estado de São Paulo criou mais de 500 mil vagas de emprego com carteira assinada nos primeiros 10 meses deste ano. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado de 12 meses (de novembro de 2024 a outubro de 2025), foram 348 mil oportunidades. Só no mês de outubro, o saldo foi de 18,5 mil novos postos de trabalho.

Em todos os períodos, houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,12% em outubro, 3,51% no acumulado do ano e 2,4% no acumulado de 12 meses.

Além disso, o estado criou 21,7% do total de vagas com carteira assinada do país em outubro, 28% do total nos primeiros 10 meses e 26% em 12 meses. Assim, São Paulo se consolida como a unidade da Federação que tem maior saldo de vagas do país.

MAIS CONTRATAÇÕES

O setor de Serviços foi o que mais criou vagas em outubro – total de 23.449 postos. Dentro do setor se destacam Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (14.516), Atividades Administrativas e Serviços Complementares (11.490), Transporte, armazenagem e correio (5.712) e Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais (3.192).

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicle-



GOVERNO NO ESTADO DE SP

tas vem em seguida na criação de vagas em outubro: 3.155.

Em 12 meses, houve aumento dos empregos nos Serviços (206 mil), no Comércio (70 mil), na Indústria (36 mil), na Construção (27 mil) e na Agricultura (9 mil).

SALÁRIO MÉDIO

Em outubro, o estado de São Paulo teve o segundo maior salário médio de admissão do país, de R\$ 2.597,98, ficando atrás do Distrito Federal (R\$ 2.678,86) e seguido por Santa Catarina (R\$ 2.361,18) e Rio de Janeiro (R\$ 2.288,47). O salário de admissão de São Paulo é 13% maior que do Brasil (R\$ 2.304,31). O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.446,72).

EMPREGOS POR REGIÃO

Regionalmente, os desempenhos mais expressivos, em 12 meses, ocorreram na capital (101 mil), nos demais municípios da região metropolitana (91 mil) e nas regiões administrativas de Campinas (44 mil), Sorocaba (25 mil) e São José dos Campos (17 mil), respondendo por 80% dos empregos gerados no estado de São Paulo. Veja as 10 regiões com maior saldo de vagas:

- Região metropolitana (menos São Paulo): 101.225
- Cidade de São Paulo: 91.179
- Região de Campinas: 43.755
- Região de Sorocaba: 24.921
- Região de São José dos Campos: 17.100

- Região de Santos: 12.448
- Região de Marília: 9.021
- Região de São José do Rio Preto: 8.256
- Região de Bauru: 7.983
- Região de Ribeirão Preto: 7.095
- Em outubro, as regiões com maior saldo de vagas foram:
- Região metropolitana (menos São Paulo): 11.638
- Cidade de São Paulo: 10.808
- Região de Bauru: 1.621
- Região de Santos: 1.238
- Região de Itapeva: 771
- Região de São José dos Campos: 548
- Região de Marília: 480
- Região de Presidente Prudente: 368
- Região de São José do Rio Preto: 284

EDUCAÇÃO

Novo ranking coloca Universidade de São Paulo em top 50 mundial

A Universidade de São Paulo (USP) subiu 25 posições na nova edição do Interdisciplinary Science Rankings (ISR), ficando entre as 50 melhores universidades do mundo e a melhor do Brasil A USP passou da posição de número 57 para a de número 32.

A classificação global de universidades é feita pela Times Higher Education em parceria com a Schmidt Science Fellows e

tem por objetivo avaliar instituições de ensino superior com base em sua capacidade de realizar e promover a ciência interdisciplinar - que envolve a colaboração entre diferentes campos do conhecimento para abordar desafios globais complexos.

Formalmente, a metodologia proposta define o conceito de "ciência interdisciplinar" como projetos que envolvem duas ou

mais disciplinas científicas ou uma disciplina científica combinada com disciplinas não STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, na sigla em inglês para science, technology, engineering and mathematics).

O Brasil tem 37 instituições na lista. Depois da USP, aparecem a Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 86º; a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 144º; e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 177º.

O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) mantém, pelo segundo ano consecutivo, a primeira posição, refletindo uma forte tradição dos Estados Unidos em pes-

quisa interdisciplinar. A Universidade Tecnológica Nanyang, em Singapura, alcançou o quinto lugar e se tornou a instituição asiática mais bem colocada, enquanto a Universidade Wageningen, dos Países Baixos, liderou a lista da Europa ao ocupar a nona posição geral. A Índia se destacou como o país com maior número de universidades listadas, com 88 instituições ranqueadas.

O levantamento chega à sua segunda edição tendo como principal novidade justamente a ampliação do seu escopo para incluir colaborações entre disciplinas científicas e ciências sociais, educação, psicologia, direito, economia, saúde e ciências clínicas.

CASO TAINARA

Amigo diz que Douglas puxou freio de mão para 'tentar matá-la'

ADRIANA VICTORINO, GONÇALO JUNIOR E ÍTALO LO RE/AE

O amigo de Douglas Alves da Silva, homem que atropelou e arrastou Tainara Souza Santos, de 31 anos, na Marginal Tietê no último sábado, afirmou em depoimento à Polícia Civil que Douglas teve a intenção de atropelar a jovem e puxou o freio de mão do veículo para aumentar a força de atrito sobre o corpo e tentar matá-la.

Kauan Silva Bezerra estava no passageiro no momento em que Douglas atropelou e arrastou Tainara por cerca de um quilômetro. A jovem, mãe de dois filhos, teve as duas pernas amputadas em decorrência dos ferimentos. Ela segue internada na UTI do Hospital Municipal Vereador José Storopoli e passará pela quarta cirurgia.

Em nota, Marcos Tavares Leal, advogado de Douglas Alves da Silva, afirmou que o jovem se arrepende pelos atos praticados e "responderá na medida de sua culpabilidade e na forma da lei, com base em provas e na investigação, não sob a ótica do ódio". Questionado sobre o depoimento de Bezerra, ele disse que não teve acesso a tais informações.

Em depoimento, Kauan contou que Douglas e Tainara namoravam, mas tinham terminado o relacionamento há pouco tempo. Segundo ele, Douglas viu a jovem com outro rapaz no Bar do Tubarão e iniciou uma discussão. Depois da briga, ele chamou Kauan para ir embora e, ao entrarem no carro, Douglas deu uma volta e jogou o carro na direção de Tainara.

O amigo contou ainda que, quando Tainara estava embaixo do carro, Douglas puxou o freio de mão aumentando a força de atrito do veículo sobre o corpo da vítima para tentar matar a jovem. Kauan alegou que ele tentou impedir o amigo, mas não conseguiu porque ele "estava transtornado".

A cena também foi vista pelo manobrista do bar, Fernando da Costa Ferreira. O funcionário disse à Polícia que viu Douglas atropelar Tainara, passar por cima da jovem intencionalmente, e puxar o freio de mão para machucá-la.

Em seguida, Douglas saiu em alta velocidade. Depois de alguns metros, Kauan percebeu que havia "algo prendendo o carro" e entrou em desespero

CRÍTICAS

Prefeitura prevê novas regras para uso da marquise do Ibirapuera

MALU MÔES/AE

Após críticas da população, a Prefeitura de São Paulo promete manter a permissão para uso de patins, skate e outras atividades físicas, assim como caixas de som, instrumentos musicais e a realização de piqueniques na marquise do Parque do Ibirapuera, na zona sul da capital. A prática de esportes, no entanto, ficará delimitada a uma área específica embaixo da Marquise José Ermírio de Moraes.

"São 27 mil m². Nesse espaço tão grande, dá para todos terem o seu espaço de forma democrática", afirmou o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi, ao Estadão.

A marquise projetada por Oscar Niemeyer foi interditada em fevereiro de 2019, devido a risco de desabamento, após infiltrações, trincas e corrosão. Em janeiro de 2024, quatro pessoas chegaram a ficar feridas após a queda de parte da estrutura. Em 2017, parte do teto já havia caído.

brigando para que o amigo parasse o veículo para que ele pudesse sair. A jovem foi arrastada por 1,4 quilômetros até o Douglas parar o carro na Marginal Tietê.

Quando conseguiu descer do carro, Kauan viu Tainara caída no chão e uma multidão chegando para ajudar a jovem. Ele e Douglas se conheciam há quatro anos e, depois do atropelamento, afirmou que não entrou mais no carro do amigo.

DEFESA

O depoimento de Kauan contradiz a defesa de Douglas, que afirmou que ele não conhecia a vítima e que não percebeu que o corpo dela estava preso embaixo do seu carro. Segundo o advogado, a briga no bar aconteceu para defender Kauan, que teria se desentendido com Lucas, homem que acompanhava a Tainara.

Ao Estadão, o irmão da vítima, Luan Santos, contou que Douglas morava nas proximidades e era conhecido por se envolver em brigas na região. Segundo Santos, a irmã era solteira e não mantinha relacionamento com ele.

Famíliares contam ainda que a mãe de Tainara, Lucia Aparecida Souza, encontrou Douglas em outro estabelecimento pouco antes dele atropelar a filha. Ele teria cumprimentado Lucia, que não reconheceu o jovem.

Câmeras de monitoramento próximas ao bar onde o atropelamento foi iniciado mostram Douglas e Tainara discutindo na rua antes de ele avançar com o veículo sobre ela.

Douglas foi preso no domingo, 30, um dia depois do crime, em um hotel da Vila Prudente, na zona leste da capital. De acordo com o boletim de ocorrência, Ele teria entrado em luta corporal com um agente durante a abordagem e sofrido um tiro no braço. Ele foi hospitalizado antes de ser levado à delegacia para prestar depoimento. A Polícia Civil suspeita que Douglas pretendia fugir para o Ceará.

O advogado de Douglas, no entanto, afirmou em nota que ele continua com "com ferimentos abertos, sem o devido atendimento médico". Na nota, a defesa ainda afirma que os pais de seu cliente estariam sendo ameaçados e hostilizados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 98ª EMISSÃO, EM 3 SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 3 (três) Séries, da 98ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª séries da 98ª emissão da Canal Companhia De Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS ITAJUBÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar a Hipótese de Vencimento Antecipado prevista na Cláusula 8.1, alínea (j), do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, não Conversíveis em Participação Societária, com Garantias Real e Fidejussória, Emitidas em Série Única, para Colocação Privada, da MS Itajubá Empreendimentos Ltda. ("Termo de Emissão"), em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de manter a Razão de Garantia (conforme definida nos Documentos da Operação) devidamente enquadrada, bem como de realizar o Reforço das Garantias de forma temporária, nos termos das Cláusulas 8.3 e 8.3.1 do Termo de Securitização; (II) Caso aprovado o item (I) acima, aprovar a alteração da Cláusula 8.3, alínea (b), do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme abaixo: "(b) Valor dos Imóveis em Estoque": Corresponderá ao valor das unidades integrantes do Empreendimento Alvo que, conforme Relatório de Monitoramento mais recente, não tenham sido objeto de comercialização, observado que o seu valor será apurado com base em sua área, considerando o valor médio do metro quadrado das unidades integrantes do Empreendimento Alvo comercializadas nos últimos 6 (seis) meses, com deságio de 20%. Na hipótese de não terem ocorrido vendas nesse período, será considerado o valor médio do metro quadrado das últimas seis unidades comercializadas do Empreendimento Alvo; (III) Aprovar a alteração dos Juros Remuneratórios (conforme definido nos Documentos da Operação) do CRI e do Termo de Emissão, que passará a ser equivalentes a 12% (doze inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sob o regime de capitalização composta, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, em relação aos CRI 2ª série; e equivalentes a 12% (doze) inteiros por cento ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sob o regime de capitalização composta, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, em relação aos CRI 3ª série, passando tais taxas a vigorar a partir da Data de Pagamento da Remuneração prevista para ocorrer em 26 de dezembro de 2025; (iv) Aprovar a reemissão da ordem do dia (iv) da Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª Emissão, em 3 Séries, da Canal Companhia de Securitização, realizada em 23 de junho de 2025 ("AGT 2025.06.23"), para que seja considerado o prazo de 90 (noventa) dias, contados da formalização do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel") perante o Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina ("Cartório Competente"), prorrogável por igual período em caso de exigência cartorária, conforme previsto na Cláusula 1.8 do referido Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel; e (v) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@liveintrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI Itajubá - 98", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de dezembro de 2025

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 120ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 18 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS Incorporadora S/A" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado e nos termos da proposta, disponibilizada para consulta aos Titulares de CRI, nos termos do material de apoio, e que seguirá anexo à ata, para atuar na defesa dos interesses da Emissora no âmbito do Processo nº 5012457-94.2025.8.24.0054; Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br e gtm@vortex.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI MS 120", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Para o caso de envio de procuração acompanhada de instrução de voto, conforme abaixo, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. A Instrução de Voto à distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal. Além disso, deverá conter uma declaração expressa de inexistência de circunstâncias que possam configurar conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia, às demais partes da operação ou entre partes relacionadas. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Ao optar pela Instrução de Voto, o Titular de CRI reconhece que as deliberações da assembleia podem implicar riscos não mensuráveis aos CRI e declara que realizará sua própria análise desses riscos, independentemente das eventuais indicações fornecidas pelo Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de dezembro de 2025

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

UNHA E CARNE

Presidente da Alerj é preso por vazamento de operação

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil) (**foto**), foi preso preventivamente, na manhã de ontem, durante a Operação Unha e Carne, deflagrada pela Polícia Federal para investigar o vazamento de informações sigilosas sobre a Operação Zargun. Agentes policiais estiveram na Alerj no início da manhã e cumpriram mandados de busca na sala da presidência. A ação ocorreu enquanto Bacellar prestava depoimento na sede da Polícia Federal, no Rio.

Minutos após o depoimento, o parlamentar foi detido preventivamente. Ele é suspeito de envolvimento no repasse de informações que teriam antecipado detalhes da operação que mirava o deputado estadual TH Joias. Segundo a PF, o vazamento comprometeu o andamento das investigações que resultaram na prisão de TH Joias. A meta do novo inquérito é identificar os responsáveis pelo repasse ilegal de informações e esclarecer a conexão com agentes públicos. A operação de ontem cumpre um mandado de prisão preven-



REPRODUÇÃO

tiva, oito mandados de busca e apreensão e um mandado de intimação. Todos foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. De acordo com a nota divulgada pela Polícia Federal, a Operação Unha e Carne busca “combater a atuação de agentes públicos envolvidos no vazamento de informações sigilosas, o que culminou com a obstru-

ção da investigação realizada no âmbito da Operação Zargun”. A ação integra determinação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635 das Favelas), que delegou à Polícia Federal a apuração da atuação de grupos criminosos violentos no estado do Rio e suas conexões com agentes públicos.

COMPRA DE ARMAS No dia 3 de setembro de 2025, o deputado estadual Tiegio Raimundo dos Santos Silva, conhecido como *TH Joias*, foi preso por suspeita de intermediar a compra e venda de armas para o Comando Vermelho. Segundo as investigações, ele atuava como intermediário entre fornecedores e integrantes da facção criminosa.

Prisão de Bacellar é baseada em interceptação de mensagens

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

A prisão do presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar, ontem, foi baseada em conversas interceptadas pela Polícia Federal, entre Bacellar e o ex-deputado estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva, conhecido como TH Joias, detido em setembro. A comunicação interceptada mostra que, na noite antes de ser preso, TH Joias ativou um

novo número de celular, e imediatamente depois, procurou Bacellar, a quem chamou de "01". Ainda de acordo com a PF, Bacellar orientou TH Jóias a remover objetos de sua residência, para ocultar provas. Os dois também se falaram, por esse número, na manhã da operação, antes de TH ser detido. No pedido de prisão de Bacellar, feito ao Supremo Tribunal Federal, a PF alegou que há "indícios contundentes de que as operações policiais foram

frustradas pelo vazamento prévio de informações sigilosas" por parte do presidente da Alerj. Thiego Silva é acusado de usar seu mandato para favorecer lideranças do Comando Vermelho, e também de intermediar a compra e venda de armas e drogas. "Tais elementos reforçam a periculosidade da organização criminosa investigada, sua profunda infiltração no poder público fluminense e a absoluta necessidade de aprofundamen-

to das investigações para a interrupção das atividades delitivas e para a escoreita elucidação dos fatos", ressaltaram em nota os agentes responsáveis pela investigação. Além de deferir a prisão de Bacellar, o ministro Alexandre de Moraes determinou o afastamento dele do cargo. A Polícia Federal também cumpriu mandados de busca e apreensão em quatro endereços ligados ao deputado, e nos gabinetes dele na Alerj.

ENGANAÇÃO

Anvisa proíbe fabricação e venda de suplementos com ora-pro-nóbis

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou a apreensão e a proibição dos suplementos Prosatril e Erenobis, fabricados pela empresa Ms Comércio de Produtos Naturais Ltda. Com isso os produtos não podem mais ser comercializados,

distribuídos, fabricados, importados, divulgados e consumidos desde esta terça-feira passada. “Os suplementos estão sendo vendidos e anunciados sem possuir registro, notificação ou cadastro na Anvisa. Além disso, o Erenobis possui a planta Pereskia aculeata (ora-pro-nóbis) como ingrediente, o que não é per-

mitido”, diz Anvisa. A utilização da planta ora-pro-nóbis em suplementos alimentares foi proibida pela agência, em abril desde ano, por falta de evidências que comprovem a sua eficácia e segurança. **ÓLIVER TURBO** Outro produto atingido pela

medida é o Óliver Turbo, suplemento da empresa Instituto Oliver Cursos Preparatórios Ltda., que deve ser apreendido. A ação fiscal proibiu ainda a sua comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e o seu consumo, também por não ser registrado e notificado na Anvisa.

ILHA DO GOVERNADOR

Criança de 10 anos perde a visão de um olho após agressão em escola

Um aluno de 10 anos da Escola Municipal Leonel de Azevedo, na Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro, perdeu a visão de um olho após uma agressão, no dia 18 deste mês, durante o recreio. A criança do 5º ano do ensino fundamental estava sendo vítima de bullying na escola, e teria sido acertada com um soco por um outro estudante do 7º ano.

Ele participava de uma atividade de Educação Física, sob supervisão de um professor. A criança foi levada ao Hospital Municipal Evandro Freire, onde exames apontaram uma lesão grave na retina do olho direito. Ele foi transferido para o Hospital Municipal Souza Aguiar, onde segue internado. A Secretaria Municipal de Educação do Rio diz que acom-

panha de perto todos os cuidados necessários, incluindo medicamentos e nova consulta para o aluno esta semana. "Não há registros de ocorrências anteriores sobre o tema. Foi instaurada uma sindicância, que já está em curso, para apurar os fatos com rigor sobre a condução da escola. O aluno apontado como autor da agressão foi transferido para outra escola", diz a secretaria.

Segundo a pasta, "em caso de bullying, as unidades seguem o Protocolo de Prevenção, Proteção e Segurança Escolar, que prevê convocação de responsáveis, comunicação ao Conselho Tutelar, ações educativas e acompanhamento da convivência dos estudantes. O regimento escolar também estabelece etapas obrigatórias antes de qualquer transferência de aluno".

EDUCAÇÃO

Governo do RJ abre 200 mil vagas para o ano letivo de 2026

GOVERNO DO RJ



O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, está oferecendo 200 mil vagas para o ano letivo de 2026. Entre as mais de 1.200 escolas da rede, há oportunidades para os colégios interculturais, os cívico-militares, as E-Tecs (Escolas de Tecnologia) e os de formação técnica e profissional, com ensino de línguas estrangeiras, educação em tempo integral, desenvolvimento de habilidades tecnológicas e formação em nível técnico e profissional, além das atividades pedagógicas, outras mais específicas, como inglês, espanhol e mandarim. “Investir na educação é fundamental. Estamos modernizando as escolas, ampliando o acesso e investindo em novas modalidades de ensino que preparam nossos jovens para o futuro. A matrícula digital é parte desse esforço, um avanço importante que facilita a vida das famílias, evitando filas e deslocamentos desnecessários. É uma forma de garantir o direito à educação”, declarou o governador Cláudio Castro.

O período de 19 a 26 de janeiro de 2026, e realizar a confirmação da matrícula. A Ficha de Conclusão da Inscrição informará a documentação necessária a ser apresentada no momento da Confirmação de Matrícula na escola onde o candidato for alocado.

ALOCACÃO A 1ª fase da matrícula não acontece por ordem de inscrição. Os estudantes são alocados obedecendo aos seguintes critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente, e nesta ordem: 1 - Preferência à pessoa com deficiência 2 - Preferência para crianças e adolescentes até 18 anos incompletos 3 - Permanência na Rede Pública de Ensino 4 - Preferência de irmãos na mesma unidade escolar 5 - Proximidade da residência 6 - Em caso de empate, a prioridade será para o aluno mais novo

CRONOGRAMA: - Até 05/12: 1ª Fase da Pré-Matrícula para novos alunos - A partir de 18/12: Resultado da 1ª Fase da Pré-Matrícula nos sites Seeduc e Matrícula Fácil - De 19/01 a 26/01/2026: Confirmação da 1ª Fase da Pré-Matrícula Conheça mais sobre as escolas de referência na rede estadual:

Interculturais – Possuem parcerias com consulados, embaixadas e órgãos de representação governamental de diversos países. Oferecem o aprendizado do idioma, da cultura, da culinária e do estilo de vida de cada país representado. **Unidades cívico-militares** – Têm parceria com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Ofertam formação acadêmica indispensável ao exercício da cidadania e à incorporação de atributos éticos, morais e sociais.

Escolas de Novas Tecnologias e Oportunidades (E-Tecs) – As unidades contam com painéis solares, sistema de reúso de água, conexão à internet de alta qualidade e salas makers, que são espaços de criação, lousas digitais, canetas e impressoras 3D, chromebooks (computadores portáteis), entre outros recursos. Além disso, possuem coleta seletiva de lixo e composteira na horta comunitária. **Técnicos e profissionalizantes** - Possuem parcerias com empresas ou outras entidades, a fim de ofertar cursos profissionalizantes e técnicos. **Vocacionadas ao esporte** – Contribuem para a formação do aluno-atleta-cidadão, utilizando determinadas modalidades esportivas como ferramenta de mediação pedagógica. **Vocacionadas à música** – Possuem parceria com o Projeto Música nas Escolas. Além do itinerário formativo ligado à música, oferecem disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Iniciação Científica e Tecnológica (ICT)** – Possibilitam que os estudantes se engajem em pesquisas, elaborem projetos e desenvolvam criações e inventos.

INSCRIÇÕES A matrícula para novos alunos já está aberta e vai até o dia 5 de dezembro. A primeira fase de matrícula é online e atende os alunos que desejam ingressar na rede estadual, mudar de escola ou que perderam a renovação. Os interessados devem acessar o site Matrícula Fácil (www.matriculafacil.rj.gov.br) e verificar a oferta de escolas, séries, cursos e turnos disponíveis, como e quando confirmar a matrícula na escola. No ato da inscrição, o candidato pode escolher, no mínimo, duas escolas de sua preferência, sendo que é necessário ter no mínimo três e no máximo 8 opções na combinação de escola/curso/série/turno. O resultado da alocação da Primeira Fase da Matrícula (Pré-Matrícula) será divulgado nos sites Seeduc e Matrícula Fácil, a partir do dia 18 de dezembro. O candidato poderá realizar a consulta individual do resultado da alocação no próprio site da matrícula, selecionando a opção “Consulte a sua Inscrição”. O responsável – ou o aluno maior de 18 anos – deverá, então, comparecer à escola, no

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Evangelho de Mateus – Ano Litúrgico A

Ao iniciarmos um novo ciclo litúrgico, somos convidados a recordar que a vida da Igreja se organiza também através do tempo. Cada etapa do ano litúrgico é cuidadosamente estruturada para nos conduzir, domingo após domingo, ao encontro com Cristo e com o mistério de sua vida, morte e ressurreição. É nesse contexto que compreendemos a divisão dominical dos anos litúrgicos em A, B e C, cada qual dedicado, de modo especial, a um evangelista sinótico: Mateus, Marcos ou Lucas.

O novo ano litúrgico inicia sempre nas primeiras vésperas do primeiro domingo do Advento e se encerra na semana da Solenidade de Cristo Rei, última semana do Tempo Comum. No Ano A, meditamos sobretudo o Evangelho segundo Mateus; no Ano B, o Evangelho segundo Marcos; e no Ano C, o Evangelho segundo Lucas. O Evangelho de João aparece no tempo pascal e também nas grandes festas e solenidades. Essa organização permite que os fiéis conheçam a particularidade com que cada evangelista apresenta Jesus: semelhantes em muitos aspectos, porém não idênticos.

A Igreja adota esse sistema justamente para que, no decorrer de 3 anos tenhamos escutado toda a Sagrada Escritura aos domingos na missa. Assim como a vida, o ano litúrgico é cíclico: ao longo dos tempos litúrgicos contemplamos todos os mistérios da vida pública de Cristo. Nas celebrações durante a semana (feriais), as primeiras leituras seguem outro ciclo, dividido em anos pares e ímpares. Dessa maneira, quem participa da missa diariamente, ao longo de cerca de dois anos, percorre praticamente toda a Sagrada Escritura.

A cada ano, as celebrações trazem nuances diferentes. Algumas datas mudam, especialmente festas e solenidades, o que também anima a vida espiritual dos fiéis. As leituras dominicais variam conforme o evangelista sinótico correspondente, evitando qualquer repetição mecânica. Assim, ao participar das missas — diariamente ou apenas aos domingos —, sempre ouviremos algo novo, capaz de tocar o coração. A Palavra de Deus, iluminada pelo Espírito Santo, desperta em nós amor pelas Escrituras e pela Eucaristia.

O ano litúrgico começa com o Tempo do Advento, seguido pelo Tempo do Natal, que vai até a Festa do Batismo do Senhor. Em seguida, inicia-se a primeira parte do Tempo Comum, que prossegue até a terça-feira de Carnaval. A Quaresma começa na Quarta-feira de Cinzas e vai até o tríduo pascal. A partir da Páscoa inicia-se o Tempo Pascal, que culmina em Pentecostes. Depois, retoma-se o Tempo Comum. Além disso, ao longo de todo o ano, diversas festas e solenidades marcam a caminhada de fé da comunidade.

O Evangelho de Mateus pode ter sido escrito por volta dos anos 60 d.C. e está profundamente ligado ao judaísmo do primeiro século, destinado especialmente aos recém-convertidos — os chamados judeu-cristãos. Todos os evangelhos começaram a ser redigidos após a paixão, morte e ressurreição de Jesus, tendo esse mistério como motivação central. Embora Mateus seja reconhecido como autor, o texto nasce também da reflexão comunitária. Seu objetivo era evangelizar, explicar quem foi Jesus e transmitir o que Ele deixou para a humanidade.

A intenção principal de Mateus é apresentar Jesus como o “Filho de Deus”, enviado para tirar os pecados do mundo. Também busca convencer os judeus de que Jesus é o Messias esperado. Alguns se converteram e acolheram essa pregação; outros resistiram, e Mateus precisou dialogar com ambos.

O Evangelho de Mateus é o único que menciona explicitamente a palavra “Igreja”. Contém episódios singulares, como relatos da infância de Jesus, e apresenta a versão mais completa das bem-aventuranças (Mt 5). Para Mateus, “bem-aventurado” é aquele que faz a vontade de Deus. Por meio da multiplicação dos pães, ele ensina a importância da partilha, remetendo diretamente à vida eucarística da comunidade: quem partilha o pão espiritual deve também partilhar o pão material com os que necessitam.

Escrito originalmente em grego e posteriormente traduzido para o latim, o Evangelho de Mateus apresenta cinco grandes discursos, que se destacam na leitura:

- 1. O Sermão da Montanha (capítulos 5–7).
- 2. As instruções missionárias aos Doze (capítulo 10).
- 3. O discurso das parábolas (capítulo 13).
- 4. As orientações para a vida comunitária (capítulo 18).
- 5. O Sermão escatológico no Monte das Oliveiras (capítulos 24–25).

Meditar esses discursos — em casa, na igreja ou em grupos de oração — ajuda-nos a compreender como Mateus apresenta Jesus como o Filho de Deus e como descreve as bases da Igreja nascente. São textos que revelam o modo de viver como comunidade de amor, à imagem da Santíssima Trindade.

A comunidade cristã, ao ler Mateus, é convidada a olhar para si mesma, reconhecer a presença de Cristo no meio dela e, por isso, praticar a justiça, a caridade e o amor fraterno. É Jesus quem nos envia em missão, e para sermos verdadeiros discípulos, é indispensável amar o próximo.

Ao longo deste ano litúrgico, empenhemo-nos em meditar o Evangelho de Mateus e colocar em prática seus ensinamentos. Amemo-nos uns aos outros, partilhemos entre nós o alimento material e espiritual e sejamos, de fato, testemunhas de Cristo nos dias de hoje.

FESTA DA CUECA

Buscas na 'Vara da Lava Jato' miram ações de doleiros

EDERSON HISING/AE

As buscas realizadas ontem, na 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, unidade em que o ex-juiz e senador Sérgio Moro (União-PR) atuou pela extinta Lava Jato, miraram uma caixa de arquivo amarela e documentos de processos de doleiros e da "festa da cueca", episódio que teria acontecido em um hotel de Curitiba em 2003 com desembargadores e prostitutas.

A inspeção no berço da Lava Jato foi realizada na manhã desta quarta-feira, por agentes da Polícia Federal (PF), após autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, feita em outubro deste ano. Procurada pelo Estadão, a Justiça Federal em Curitiba informou que não vai se manifestar sobre as diligências desta quarta.

Toffoli determinou que o diretor da 13ª Vara autorizasse o acesso a todos os computadores do local e que fosse informado que as diligências envolvem 12 processos e outros conexos, entre os anos de 2005 e 2019. Ele estabeleceu que fossem acessados inquéritos policiais e acordos de colaboração premiada com todos os anexos e mídias.

A ação decretada por Toffoli ontem determinou acesso aos processos citados nas acusações feitas por Tony Garcia, que foi deputado estadual no Paraná de 1999 a 2002, que envolvem personagens como os doleiros Vinicius Claret (conhecido como Jucala Bala) e Dario Messer (conhecido como o "doleiro dos doleiros"), além do empresário chinês Wu Yu Sheng, que foi inves-

tigado por supostamente lavar dinheiro para a construtora Odebrecht.

Entre os processos listados estão o da "festa da cueca" e o de uma denúncia de calúnia, difamação e injúria feita por Sérgio Moro contra o advogado Roberto Bertholdo. Em relação a esse processo, houve um pedido especial do ministro para a apreensão de uma "caixa de arquivo amarela" na 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba.

Em 2006, Moro, então juiz federal, processou Bertholdo por conta de entrevistas concedidas a veículos de imprensa do Paraná nas quais acusou o ex-magistrado de agir com arbitrariedade, e por ter dito que Moro teria mandado Tony Garcia grampear o então presidente do Tribunal de Contas do Paraná. O advogado chegou a ser condenado, mas teve a punibilidade extinta.

"Nessa caixa estão todos os arquivos físicos, como disquetes, daquilo que produzi quando trabalhei para ele (Moro). São mais de 400 horas de gravações", contou Tony Garcia ao Estadão Segundo ele, a fita da "festa da cueca" também está entre os arquivos. "Foi depois de pedidos nossos que localizaram a caixa", afirmou Garcia.

FESTA DA CUECA

De acordo com Garcia, a festa teria acontecido em 19 de novembro de 2003, dia que a Seleção Brasileira empatou por 3 a 3 contra o Uruguai em partida válida pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2006. "Foram oito ou nove desembargadores para o hotel para essa festa com pros-

titutas", disse.

Garcia contou também que um sócio do advogado Roberto Bertholdo teria registrado parte da festa com uma câmera escondida no prendedor da gravata. Essas supostas imagens teriam sido usadas como instrumento de chantagem, pressão judicial e manipulação de decisões.

INFILTRADO

Tony Garcia afirma que Moro o coagiu a fazer gravações ilegais contra autoridades. Garcia diz ter agido como "infiltrado" de Moro desde o caso Banestado, no final de 2004, até a Lava Jato, que terminou em 2021.

Em 2023, Toffoli suspendeu os processos ligados a Tony Garcia em trâmite na 13ª Vara Federal de Curitiba. Os autos foram enviados ao gabinete do ministro, que, em movimentação semelhante, também analisa todos os processos envolvendo o advogado Rodrigo Tacla Duran.

Tanto Tony como Tacla Duran fizeram acusações contra os artífices da Operação Lava Jato, o senador Sérgio Moro e o deputado cassado Deltan Dallagnol. Enquanto Tacla, que foi investigado na Lava Jato sob suspeita de ser operador de propinas da Odebrecht mas nunca foi condenado, acusa Moro e Deltan de suposta ligação com um esquema de extorsão, o empresário Tony Garcia diz ter agido como ‘delator infiltrado’ sob ordens dos ex-chefes da Lava Jato. Moro nega irregularidades O Estadão tenta contato com Deltan.

Tony Garcia fechou delação premiada com Ministério Público Federal, sendo o acordo ho-

mologado pelo então juiz Sérgio Moro. Os relatos levaram por exemplo à prisão do ex-governador Beto Richa, na Operação Radio Patrulha. Garcia afirmou ter "trabalhado" por mais de dois anos como "colaborador infiltrado no meio político e empresarial por força de um acordo de colaboração premiada".

Em janeiro de 2024, o ministro do Supremo determinou a abertura de uma investigação para apurar se Moro cometeu abusos no acordo de colaboração premiada de Tony Garcia. Na época, Moro informou que desconhecia a decisão e afirmou que "não houve qualquer irregularidade no processo de quase 20 anos atrás".

O acordo de colaboração do empresário permaneceu anos sob sigilo na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba. Os autos foram encaminhados ao STF quando o juiz Eduardo Appio, crítico declarado dos métodos da Lava Jato, assumiu os processos remanescentes da operação. Ele enviou o caso ao Supremo para a investigação de supostas irregularidades denunciadas pela defesa

Tony Garcia fechou a primeira delação na esteira de uma investigação sobre fraudes do Consórcio Garibaldi, - antes, portanto, do nascimento da Lava Jato. Ele afirma, no entanto, que foi usado por Sérgio Moro para investigar juízes, desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos que não tinham relação com o processo.

FALCATRUAS NO RIO

Diretor do Rioprevidência é demitido em meio ao caso do Banco Master

O diretor interino de investimentos do Rioprevidência, Pedro Pinheiro Guerra Leal, foi exonerado pelo governo do Rio de Janeiro. Ele fazia parte do comitê que aprovou investimentos do fundo de pensão dos servidores estaduais aposentados no Banco Master, que teve a liquidação extrajudicial determinada pelo Banco Central.

A exoneração foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado ontem. Leal ocupava o cargo comissionado de gerente de Operações e Investimento do Rioprevidência, que é ligado à Secretaria de Estado da Fazenda. O Estadão tenta contato com o diretor exonerado e com o Rioprevidência.

O Rioprevidência é o responsável pelo pagamento dos servidores aposentados e pensionis-

tas do governo estadual do Rio de Janeiro Logo, as alocações de investimentos precisam garantir a segurança e o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

No entanto, desde 2024, o Tribunal de Contas do Estado Rio de Janeiro (TCE-RJ) investiga possíveis irregularidades nas alocações dos recursos previdenciários em ativos em desacordo com as regras de investimento. O órgão apurou que o Rioprevidência chegou a concentrar cerca de 25% dos seus recursos - equivalente a R\$ 2,6 bilhões - em Letras Financeiras (LF) e fundos de investimentos vinculados ao Banco Master.

Em comunicado, o Rioprevidência negou o valor e disse que o montante vem sendo "equivocadamente veiculado" devido a

"um cálculo feito pelo TCE-RJ, que inclusive já foi esclarecido pelo Rioprevidência em recurso apresentado à Corte de Contas". O fundo diz que o valor efetivamente aplicado foi de aproximadamente R\$ 960 milhões em Letras Financeiras, e que atualmente está em negociação para substituir as letras por precatórios federais.

No fim de novembro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) expediu recomendação ao Rioprevidência e à Secretaria da Fazenda para a adoção de medidas destinadas a proteger o patrimônio previdenciário do Estado e recuperar eventuais perdas decorrentes da liquidação do Banco Master.

Entre as medidas propostas, estavam a abertura de pro-

cesso administrativo interno para apurar responsabilidades de gestores, consultores e membros de comitês que autorizaram ou mantiveram os investimentos, além do afastamento cautelar de agentes diretamente envolvidos e a proposição de eventuais ações cabíveis para a reparação do dano apurado.

Segundo a recomendação, o Rioprevidência mantinha aplicações de volume expressivo no banco, "cuja insolvência expôs recursos do regime próprio a um risco de crédito considerado desproporcional e incompatível com os parâmetros de segurança exigidos para investimentos dessa natureza. O quadro gerou risco direto sobre valores destinados ao pagamento de benefícios previdenciários".

menor impacto associado". "A medida tende a contribuir para que o procedimento especial não seja banalizado, concentrando-se, portanto, nos projetos estratégicos e de maior impacto, que demandam uma avaliação rigorosa e célere", argumentou o deputado.

O texto ainda estabelece como "estratégicas" as obras de reconstrução e repavimentação de rodovias preexistentes "cujos trechos representem conexões estratégicas, relevantes na perspectiva da segurança nacional".

Além de tratar especificamente da LAE, o parecer apresentado por Zé Vitor trouxe mudanças para a lei geral do licenciamento, como uma lista de casos em que não é permitida a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), uma modalidade considerada ponto crítico da norma, que é feita por autodeclaração e que dispensa múltiplas etapas do licenciamento.

ESPECIAL

Senado aprova MP do Licenciamento Ambiental

NAOMI MATSUI
E PEPITA ORTEGA/AE

O Senado aprovou ontem, o projeto da Medida Provisória do Licenciamento Ambiental Especial (MP 1308), destinada a atividades ou empreendimentos "estratégicos". O texto foi aprovado pelos senadores em poucos minutos, tal como saiu da Câmara. Segue para sanção. A MP foi encaminhada pelo governo federal no dia em que foram vetados trechos da nova lei geral do licenciamento ambiental, que flexibilizou regras para o procedimento. Na semana

passada, o Congresso Nacional derrubou 52 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao texto, mantendo somente aqueles que tratavam da LAE, justamente em razão de o tema ser debatido na MP 1308. O relatório aprovado afasta, nos termos propostos pelo Planalto, o processo monofásico, que visava o licenciamento em fase única - possibilidade que foi aventada na nova lei geral sobre o tema e acabou vetada. Assim, o procedimento seguirá a dinâmica trifásica: de licenças prévia, de instalação e de operação. Segundo o texto, os procedimentos "estraté-

gicos" serão definidos pelo Conselho de Governo da Presidência da República. O texto exige estudo prévio de impacto ambiental - EIA e respectivo relatório de impacto ambiental - Rima (EIA/Rima), conforme TR definido pela autoridade licenciadora, como requisitos para a emissão da licença ambiental especial. Segundo o deputado Zé Vitor, que relatou o projeto na comissão especial e na Câmara, o efeito prático da mudança é a aplicação da LAE "apenas para projetos de significativo impacto ambiental, tendo em vista que não se exige EIA/Rima para casos de

Após condenação

Anderson Torres e Alexandre Ramagem são demitidos da PF

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou ontem, as duas portarias que demitem Alexandre Ramagem e Anderson Torres dos respectivos cargos de delegados de carreira da Polícia Federal (PF). Ambos foram condenados por participar do núcleo principal da trama golpista que tentou manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, após as eleições de 2022. Eles foram condenados pela primeira Cote do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro e, no dia 25 de novembro, o ministro Alexandre de Moraes estabeleceu o fim do processo e determinou a execução das penas, após o esgotamento dos recursos.

A previsão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) é que as duas portarias sejam publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira, conforme nota divulgada à imprensa.

“Cumprindo decisão do Supremo Tribunal Federal sobre as perdas de cargo de Alexandre Ramagem Rodrigues e Anderson Gustavo Torres, o Ministério da Justiça e Segurança Pública editou, nesta quarta-feira (3), as portarias”, diz a nota pública.

A decisão proferida pela Primeira Turma do STF decretou a perda do cargo público dos réus. A condenação inclui ainda a perda do mandato parlamentar do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Em novembro de 2025, o STF determinou o início do cumpri-

mento da pena.

ANDERSON TORRES

Ex-ministro da Justiça no governo de Bolsonaro e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, cumpre pena de 24 anos no núcleo de custódia da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, chamado de Papudinha.

Em ação de busca e apreensão durante as investigações, um documento chamado de “minuta do golpe” foi encontrado impresso na casa do ex-ministro da Justiça, em Brasília. Assim como os demais, foi condenado por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Esta-

do, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

ALEXANDRE RAMAGEM

Atualmente, o deputado Ramagem está foragido em Miami, nos Estados Unidos, por isso ainda não foi preso.

O ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro foi condenado a 16 anos e um mês e 15 dias, em regime inicial fechado, pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

A Câmara dos Deputados ainda não formalizou a cassação (extinção) do mandato em seus registros, embora esteja obrigada a fazê-lo imediatamente após a comunicação da Justiça.

8 DE JANEIRO

Flávio Dino vota pela condenação de cinco PMs do DF a 16 anos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu ontem o segundo voto para condenar cinco ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal a 16 anos de prisão por omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Com a manifestação de Dino, o placar do julgamento está 2 votos a 0 pela condenação de Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral, Klep-ter Rosa Gonçalves, ex-sub-comandante-geral, além dos coronéis Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa e Marcelo Casimiro Vasconcelos. A fundamentação do voto não foi divulgada.

O ministro também se manifestou pela absolvição do major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins por falta de provas suficientes de que os réus tinham poder de decisão sobre as tropas.

O voto de Dino foi proferido durante julgamento virtual no qual a Primeira Turma da Corte vai decidir se condena os acusados, que foram denunciados ao Supremo pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na última sexta-feira, dia 28 de novembro, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, proferiu o primeiro voto pelas condenações.

A votação eletrônica prossegue até amanhã. Faltam os votos de Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

Sigilo máximo

Investigação do Banco Master deverá ficar no STF, decide Toffoli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que o avanço da investigação envolvendo o banqueiro Daniel Vorcáro, um dos sócios do Banco Master, dependerá de autorização da Corte.

Toffoli acolheu pedido da defesa de Vorcáro para que a investigação envolvendo a instituição seja conduzida pela Corte, em função da citação de um deputado federal, que tem foro privilegiado na Corte.

Pela decisão do ministro, as próximas medidas judiciais envolvendo a investigação deverão ser analisadas por ele, não mais pela Justiça Federal em Brasília.

"Diante de investigação supostamente dirigida contra pessoas com foro por prerrogativa de função, conforme inclusive já noticiado pela mídia formal, fixada está a competência da corte constitucional", decidiu Toffoli.

O ministro também determinou que o sigilo do processo

seja mantido.

Vorcáro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

No dia 28 de novembro, a desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, concedeu um habeas corpus e mandou soltar Vorcáro, os ex-diretores Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antonio Ribeiro da Silva, além de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do banco.

Eles serão monitorados por tornozeleira eletrônica e estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com outros investigados e de sair do país.

Funcionamento

STF suspende leis municipais que autorizaram ‘bets’

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a suspensão de leis municipais que autorizaram o funcionamento de empresas de loterias e apostas esportivas, as chamadas bets.

Pela decisão, as bets estaduais deverão suspender as atividades imediatamente, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil. A limitação foi motivada por um ação protocolada pelo partido Solidariedade, que inicialmente incluiu leis municipais de 13 cidades: São Vicente (SP), Guarulhos (SP), Campinas (SP), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Anápolis (GO), Caldas Novas (GO), Foz do Iguaçu (PR), Pe-

lotas (RS), Bodó (RN), Porto Alegre (RS), Estância Hidromineral de Poá (SP) e Miguel Pereira (RJ).

No entendimento do ministro, o funcionamento das bets é regulado no âmbito federal, pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA).

"Casas de apostas que não atendem aos critérios estipulados pelo Poder Executivo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, não podem operar serviços lotéricos no âmbito dos entes municipais", decidiu o ministro.

No despacho, Marques também pediu ao presidente do Supremo, Edson Fachin, o agendamento de uma data para o julgamento do referendo de sua decisão individual.

Ministros do STF

AGU pede que Gilmar reconsidere decisão sobre impeachment

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ontem ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a reconsideração de decisão que entendeu que somente a Procuradoria-Geral da República (PGR) pode entrar com pedidos de impeach-

ment de integrantes da Corte.

Na manifestação, o advogado-geral da União, Jorge Messias, sustenta que a possibilidade de abertura de processo de impeachment pelo Senado faz parte de uma "relação de equilíbrio" entre os poderes.

"As alegações devem ser acolhidas em parte, como imposi-

ção do sistema de garantias institucionais estabelecido na Constituição Federal em favor da independência do Poder Judiciário, arquitetura que não se volta a esconder privilégios, mas a viabilizar a proteção adequada de direitos fundamentais e a plena realização do princípio democrático", disse a AGU.

A decisão de Gilmar Mendes foi tomada a partir de uma ação protocolada pelo partido Solidariedade e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Após a decisão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, criticou a decisão e disse que o STF tenta "usurpar" as competências da Casa.

Reação

Após decisão de Gilmar, Alcolumbre fala em votar PEC do Marco Temporal

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (**foto**), disse ontem que vai fazer uma força tarefa para colocar em votação diversos projetos na Casa. A iniciativa é uma reação à decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de que apenas o chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR) está apto a denunciar ministros da Corte ao Senado por crimes de responsabilidade.

"Vou organizar, na condição de presidente do Senado, uma reunião com as lideranças partidárias para que a gente possa, dentro das nossas prerrogativas institucionais, avaliar todos os projetos que estão em tramitação no senado federal", disse Alcolumbre, após a manifestação de diversos senadores para que a Casa adote medidas de retaliação ao STF.

"De fato, a presidência está sendo demandada por muitos senadores, por muitas lideranças, de pautar matérias que poderiam estar na pauta de deliberação e a gente ainda não conseguiu apreciá-las. Vamos pensar num momento adequado e oportuno para restabelecermos a altivez institucional do Senado da República", continuou.

Entre as propostas citadas por Alcolumbre está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023 que trata do Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas. A matéria é alvo de julgamento no STF, marcado para iniciar no dia 5 de dezembro e tem Mendes como relator.

"Eu queria pedir ao Presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o Senador Otto Alencar (PSD-BA), que rapidamente colocasse em pauta a de-
❖ liberação dessa PEC 48, de
❖ 2023", disse Alcolumbre duran-



LULA MARQUES/ABRASIL

te a sessão plenária desta quarta-feira ao falar sobre demandas reprimidas.

O parlamentar acrescentou que a casa já sabe muito sobre o assunto. "Está na hora de a gente definir a deliberação no plenário da CCJ. Caso os Líderes partidários optem, eu queria também pedir que pudessem assinar um conjunto de assinatura dos líderes partidários, para que a gente possa, com o aval do Presidente da Comissão, se assim ele entender que é necessário, recolher as assinaturas adequadas para nós montarmos um calendário especial e trazermos imediatamente direto para o Plenário do Senado Federal a deliberação dessa PEC", afirmou.

O julgamento do marco temporal para demarcação de terras indígenas será realizado de forma virtual pelo plenário do STF. A votação eletrônica ficará aberta até o dia 15 de dezembro. Durante o julgamento, os ministros deverão se manifestar sobre o texto final aprovado pela comissão especial que debateu uma proposta de alteração legislativa para o tema.

Mais cedo, Alcolumbre divulgou uma nota cobrando respei-

to ao Senado e defendeu a possibilidade de alterações no regime de decisões monocráticas (individuais), citando explicitamente a PEC 08/2021, que limita decisões monocráticas no Supremo e outros tribunais superiores.

Na nota, o presidente do Senado disse receber com "preocupação" o conteúdo da decisão monocrática de Mendes, tomada nesta quarta-feira, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1259/DF.

O ministro é relator de duas ações que questionam a compatibilidade de diferentes trechos da Lei de Impeachment com a Constituição de 1988, uma aberta pelo PSol e outra pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Na decisão, Mendes suspendeu o trecho da Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950), que dava a "todo cidadão" a prerrogativa de denunciar os magistrados.

"A situação estabelecida indica a necessidade de se alterar o regime das chamadas decisões monocráticas, em especial aquelas que suspendem a vigência de lei cautelarmente", defendeu Alcolumbre.

Oriente Médio

Israel anuncia reabertura da fronteira entre Gaza e Egito

Israel anunciou ontem, a reabertura da passagem de Rafah (a fronteira de Gaza com o Egito) afirmando que os palestinos poderão sair da região "nos próximos dias". A medida estava prevista no plano de paz desenvolvido pelos Estados Unidos. A abertura será realizada em coordenação com o Egito e a União Europeia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que há mais de 16,5 mil pessoas doentes e feridas que precisam deixar Gaza para receber atendimento médico.

O plano inicial era liberar a passagem em 14 de outubro, dias após o começo do cessar-fogo, que acabou sendo adiado. O exército israelense assumiu o controle do lado palestino da fronteira em maio de 2024, alegando que ela estava sendo "usada para fins

terroristas" e para a entrada de armas.

Em janeiro, Israel abriu rapidamente a passagem, permitindo que pessoas autorizadas deixassem Gaza e que caminhões transportando ajuda humanitária entrassem no território palestino.

No comunicado, Israel informou também que os restos mortais devolvidos pelo Hamas não correspondem aos dos dois reféns que permanecem em Gaza, que pode ser lido como uma ameaça à continuidade do cessar-fogo.

Os terroristas do Hamas, por sua vez, dizem que é difícil encontrar os restos mortais em meio aos escombros da Faixa de Gaza, devastada pela guerra, e que realizam novas buscas nesta quarta. A primeira fase do plano deve ser concluída com o retorno dos dois reféns restantes.

Pelo Telefone

Lula conversou com Trump sobre combate ao crime organizado

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, ter conversado com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o combate ao crime organizado. Segundo ele, é preciso "começar pegando os brasileiros que estão" nos Estados Unidos.

Lula e Trump conversaram na terça-feira, passada. Foi o segundo telefonema entre os dois, além de um encontro presencial na Malásia e uma rápida conversa durante a Assembleia Geral da ONU

"Eu fiz questão de dizer pro Trump: vamos combater o narcotráfico, vamos começar

pegando os brasileiros que estão aí", disse, em entrevista à TV Verdes Mares, afiliada da TV Globo.

O presidente afirmou que "o maior traficante de combustível no Brasil mora em Miami", sem citar nomes. "Eu disse ao presidente Trump, a gente não precisa utilizar arma, a gente precisa usar inteligência", declarou.

A agenda oficial do presidente Lula não foi divulgada até a publicação desta reportagem. O presidente participa de compromissos no Ceará. Está, neste momento, em cerimônia de entrega de carteiras nacionais de docente e equipamentos do Programa Mais Professores, em Fortaleza.

Europa

Rutte: membros da Otan se comprometem em ‘armar’ Ucrânia

THAIS PORSCHE/AE

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, disse ontem, que dois terços dos estados membros se comprometeram com o fornecimento de armas para a Ucrânia através da chamada Lista de Requisitos Prioritários da Ucrânia (PURL, em inglês), que já garantiu compromissos no valor de US\$ 4 bilhões.

"Ouvi que a Austrália e a Nova Zelândia também contribuirão para o PURL, sendo os primeiros parceiros da Otan a fazê-lo", afirmou Rutte a repórteres em Bruxelas, segundo a Reuters.

Em coletiva de imprensa, o secretário-geral destacou a ameaça contínua representada pela Rússia, sua guerra contra a Ucrânia e as ações imprudentes contra a Otan, incluindo violações do espaço aéreo e ciberataques.

Sobre o aumento em investimentos militares do Produto Interno Bruto (PIB) dos países-membros, ele afirmou que "isso não é apenas sobre números; é sobre construir uma Aliança mais forte e adaptável, capaz de deter qualquer agressão e defender cada centímetro do território aliado", destacando melhorias nas forças da ala leste e equipamentos modernos.

Nota

LAGARDE ALERTA QUE PROPOSTA DA UE PARA USO DE ATIVOS RUSSOS PODE VIOLAR MANDATO DO BCE

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, defendeu que a proposta da União Europeia (UE) de utilizar ativos russos congelados para financiar a Ucrânia é "complexa" e pode violar seu mandato, em rodada de perguntas e respostas durante testemunho no Comitê de Assuntos Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, ontem. "Não podemos funcionar como um mecanismo de segurança das responsabilidades dos Estados-membros da UE. Não estamos recusando a proposta, mas não podemos nos comprometer com ela", explicou a dirigente.

Preconceito

Trump chama somalis de 'lixo' em fala anti-imigração

O ditador Donald Trump (EUA) (**foto**) criticou a Somália ontem, e afirmou que os imigrantes do país africano não deveriam ser bem-vindos aos Estados Unidos.

Os comentários de Trump ocorrem em meio a um escândalo no Estado de Minnesota, onde, segundo a Justiça, mais de 1 bilhão de dólares (cerca de R\$ 5,35 bilhões) foram destinados a serviços sociais inexistentes, principalmente por meio de cobranças fraudulentas por parte de americanos de origem somali.

Na Somália, "eles não têm nada, só ficam por aí se matando", disse Trump em uma reunião de gabinete. "O país deles não presta (...) e nós não os queremos em nosso país", acrescentou.

O presidente explora frequentemente os temores de que

a maioria branca nos Estados Unidos poderia perder poder político e cultural. "Estamos em um ponto de inflexão", afirmou na reunião de gabinete. "Poderíamos ir em uma direção ou outra, e iremos na direção errada se continuarmos aceitando lixo em nosso país."

Trump acrescentou que os americanos de origem somali "não contribuem com nada" e atacou a deputada democrata por Minnesota, Ilhan Omar, que nasceu no país africano.

"Ilhan Omar é um lixo. Seus amigos são um lixo", disse.

A democrata, por sua vez, de origem somali respondeu ao presidente na rede social X: "Sua obsessão comigo é inquietante. Espero que você receba a ajuda de que necessita desesperadamente"

Na semana passada, Trump eliminou as proteções de deportação de somalis, que estavam

RICARDO STUCKERT/PR



vigentes nos Estados Unidos desde 1991, quando a Somália mergulhou em um estado de anarquia.

A Justiça está investigando diversos esquemas para desviar dinheiro dos contribuintes em Minnesota, incluindo grupos que afirmaram falsamente

que estavam alimentando crianças durante a pandemia de Covid-19.

Segundo uma fonte oficial e documentos obtidos pelo *The New York Times*, o governo Trump também está lançando uma operação intensiva de fiscalização da imigração, visando principalmente centenas de imigrantes somalis sem documentos na região de Minneapolis-St. Paul.

Minnesota é um Estado do norte do país, historicamente democrata e com tradição de acolher refugiados. Nele está asentada a maior comunidade somali-americana dos Estados Unidos.

Na Somália, 70% da população vive em uma "pobreza multidimensional", segundo a ONU. O país africano mergulhou em uma guerra civil na década de 1990, que levou ao colapso do Estado.

Nações Pobres

Trump barra pedidos de imigração para cidadãos de 19 países

O governo Trump suspendeu todos os pedidos de imigração para pessoas de 19 países que tiveram viagens proibidas no início deste ano, como parte de amplas mudanças na imigração após o ataque a tiros

contra dois soldados da Guarda Nacional.

As alterações foram detalhadas em um memorando publicado na terça-feira passada, no site do Serviço de Cidadania e Imigração dos EUA, a agência

responsável por processar e aprovar todos os pedidos de benefícios de imigração.

A suspensão paralisa uma gama de decisões relacionadas à imigração, como pedidos de green card ou naturaliza-

ções para imigrantes dos 19 países que o governo Trump descreveu como de alto risco, países esses que já estavam sujeitos a restrições de viagem desde junho. Veja quais são a seguir.

Guerra

Kremlin: é errado afirmar que Putin rejeitou plano dos EUA sobre Ucrânia

PEDRO LIMA/AE

O Kremlin afirmou ontem que seria "errado" dizer que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, rejeitou o plano dos EUA para a Ucrânia, descrevendo o encontro em Moscou com enviados do líder do Executivo nos EUA, Donald Trump, como um primeiro "intercâmbio direto de opiniões". Segundo Yuri Ushakov, assessor de política externa do presidente russo, Putin "aceitou algumas propostas america-

nas" e classificou outras como "inaceitáveis", mas destacou que Moscou está pronto para continuar negociando "quantas vezes for necessário" para buscar um acordo.

Ushakov disse que a conversa com Steve Witkoff e Jared Kushner foi útil, construtiva e substancial, tendo durado cinco horas. Ele afirmou que os russos discutiram um documento inicial de 27 pontos e outros quatro textos adicionais enviados posteriormente por Washington. Embora "compromissos ainda

não tenham sido encontrados", algumas ideias dos EUA foram consideradas "mais ou menos aceitáveis", enquanto outras provocaram reação "crítica, até negativa".

O assessor reforçou que as negociações incluem "questões territoriais concretas", classificadas por ele como as mais sensíveis do processo. Ele também evitou revelar detalhes, lembrando que as tratativas têm caráter sigiloso.

Ushakov ainda criticou a postura europeia, ao dizer que o

presidente russo avaliou como "ações destrutivas" as iniciativas de países da UE no debate sobre paz. Além disso, ecoou outra mensagem do Kremlin segundo a qual a decisão europeia de abandonar o gás russo implicará que "a Europa pagará muito mais por gás".

Apesar das divergências, Ushakov afirmou que Moscou e Washington "não estão mais distantes, isso é certo" e que o trabalho continuará em nível técnico antes de eventuais contatos entre Putin e Trump.

Complexo Residencial

Bebê de um ano está entre os 159 mortos em incêndio em Hong Kong

O número de mortos no incêndio em um prédio residencial de Hong Kong subiu para 159 ontem. As autoridades prenderam mais seis pessoas sob suspeita de desativarem alguns alarmes de incêndio durante trabalhos de manutenção no complexo habitacional. A vítima mais jovem do incêndio era um bebê de um ano, informou a polícia. A mais velha tinha 97 anos.

A polícia informou ter concluído as buscas por corpos em todos os sete dos oito prédios residenciais atingidos pelo incêndio que começou na quarta-feira passada, 26 de novembro, e só foi extinto na sexta-feira, 28. Cerca de 30 pessoas ainda constam como desaparecidas.

"Ainda não terminamos nosso trabalho", disse o comissário de polícia Joe Chow aos repórteres, acrescentando que as autoridades encontraram ossos que

suspeitam ser humanos em diferentes apartamentos e tentaram realizar testes de DNA nos restos mortais para identificá-los. As autoridades também continuarão a vasculhar os montes de andaimes de bambu caídos para verificar se há restos mortais ou corpos soterrados ali, disse ele.

O incêndio mortal começou no Wang Fuk Court, no distrito suburbano de Tai Po, que estava passando por um projeto de reforma de longa duração, com os edifícios cobertos por andaimes de bambu e redes verdes.

A polícia e o órgão anticorrupção de Hong Kong já haviam informado na terça-feira passada, que prenderam 15 pessoas enquanto as autoridades investigam casos de corrupção e negligência relacionados às obras de reforma. Redes de náilon de qualidade inferior que cobriam

os andaimes erguidos do lado de fora das torres e placas de espuma instaladas nas janelas foram apontadas como fatores que contribuíram para a rápida propagação do incêndio, disseram as autoridades no início desta semana.

Chris Tang, secretário de Segurança de Hong Kong, afirmou que a polícia está investigando o Centro de Inspeção e Testes de Binzhou, na China, que forneceu o certificado de inspeção de segurança para a rede de proteção utilizada na construção. Autoridades informaram que o governo removerá todas as redes de andaimes externas de centenas de prédios com obras em andamento. Os materiais precisarão ser testados antes de serem reinstalados

Além do problema com os andaimes, moradores e autoridades relataram que alguns

alarmes de incêndio nos prédios não dispararam quando o fogo começou, embora não esteja claro o quão disseminado era esse problema dentro do complexo.

A seis pessoas presas nesta quarta supostamente desativaram alguns alarmes de incêndio no conjunto habitacional durante as obras de reforma. Elas foram detidas sob suspeita de prestar falsas declarações ao corpo de bombeiros. A causa inicial do incêndio ainda está sendo investigada.

Entre os 159 mortos, 19 ainda não haviam sido identificados, informou a polícia. Dez migrantes que trabalhavam como empregados domésticos no conjunto habitacional, incluindo nove da Indonésia e um das Filipinas, além de um bombeiro, estavam entre as vítimas fatais do incêndio.